

Foto: EDS/Divulgação



Durante as visitas para elaboração dos diagnósticos, a equipe do PAD também estabelece diálogos com moradores da comunidade para conhecer os aspectos culturais

O Governo de Minas finalizou, na última quarta-feira (17/3), as visitas técnicas e a elaboração dos diagnósticos socioambientais do Programa Água Doce em 279 comunidades rurais de 53 cidades das Regiões do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Norte de Minas. Os documentos faziam parte da primeira etapa do projeto e foram elaborados pela empresa vencedora da licitação, sob acompanhamento e fiscalização dos órgãos do Executivo Estadual que atuam na coordenação do programa.

Os diagnósticos buscam um detalhamento das condições sociais, econômicas, culturais e técnicas em áreas rurais do semiárido mineiro. A partir da construção dos 279 cenários locais, o PAD prevê a escolha, por meio de critérios técnicos, de 138 comunidades rurais onde serão realizados os testes de vazão em poços de água. Posteriormente, serão escolhidos 69 vilarejos para a implantação de sistemas de dessalinização da água.

Coordenador estadual do PAD, o capitão da Polícia Militar, José Ocimar de Andrade Júnior, explicou que para a elaboração dos diagnósticos foram realizadas visitas multidisciplinares às comunidades rurais com assistentes sociais, geólogos e engenheiros ambientais e civis. Todas as informações coletadas em campo foram registradas em um arquivo online com possibilidade de edição e contribuição mútuas por todos os atores envolvidos.

Além do uso no âmbito do PAD, os diagnósticos socioambientais também estão sendo utilizados na estruturação do Plano Estadual de Saneamento Básico (PESB). O projeto é coordenado Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad), por meio da Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento (Suges), e está sendo elaborado pela Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Cobrape), que venceu o edital de licitação para a execução do PESB.

O programa conta ainda com um Núcleo de Gestão Estadual para validação das ações executadas, com a composição dos órgãos citados acima junto à Copasa, Copanor e Cemig. O convênio firmado entre o Governo de Minas e o Governo Federal para execução do programa foi assinado em 2012, mas as ações acabaram não sendo realizadas, tendo sido retomadas na gestão do governador Romeu Zema. O convênio prevê um aporte de R\$20 milhões para implantação completa do programa.